

BARBOSA, Rui

* dep. geral BA 1878-1885; min. Faz. 1889-1891; min. Just. 1889; const. 1891; sen. BA 1891-1923; cand. pres. Rep. 1910 e 1919.

Rui Barbosa nasceu na rua dos Capitães, hoje Rui Barbosa, na freguesia da Sé, município de Salvador, em 5 de novembro de 1849, filho primogênito de João José Barbosa de Oliveira (1818-1874) e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira, nascida de Almeida (1818-1867). Não há evidência material alguma de que tenha recebido o nome Rui Barbosa de Oliveira. Nos documentos disponíveis, como a matrícula e o diploma da Faculdade de Direito de São Paulo, o título de eleitor, o registro de casamento e os inúmeros trabalhos que assinou, figura apenas o nome Rui Barbosa. O nome Rui seria uma forma abreviada de Rodrigo, homenagem ao avô paterno Rodrigo Antônio Barbosa de Oliveira, comerciante, falecido quando João José ainda era criança. João José e Maria Adélia eram primos: ele, filho de Rodrigo e neto do sargento-mor Antônio Barbosa de Oliveira; ela, neta de um irmão de Rodrigo, o capitão Antônio Barbosa de Oliveira, e portanto bisneta do sargento-mor. O casal teve ainda uma filha, Brites (1851-1879) morta prematuramente em consequência de parto.

Estudante de medicina em 1837, João José teve os estudos interrompidos pela Sabinada, da qual participaram vários Barbosa de Oliveira, inclusive Luís Antônio Barbosa de Almeida, seu primo e futuro cunhado. Quando as tropas legais entraram na capital baiana, ambos foram presos e processados, mas conseguiram a absolvição. Luís Antônio veio a se tornar influente no Partido Liberal da Bahia, e por seu intermédio João José foi eleito deputado provincial em 1846. Embora médico, João José não exerceu a profissão por muito tempo. Persistiu na política, na qual fez carreira atribulada: rompeu com o cunhado, foi preterido em cargos e empregos e perdeu eleições, embora tenha sido eleito duas vezes deputado geral, entre 1864 e 1868. Morreu aos 66 anos, deixando um modesto patrimônio e muitas dívidas: todas seriam abonadas pelo primogênito, então com 25 anos, que as converteu em títulos pessoais.

FORMAÇÃO: DIREITO E TRADIÇÃO LIBERAL

Rui Barbosa ingressou no Ginásio Baiano em 1861, tendo como colega Antônio de Castro Alves. Aos 15 anos terminou o curso de humanidades, ocasião em que foi contemplado com a medalha de ouro. Foi a maior emoção de sua vida, diria mais tarde. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1866 e ainda calouro participou de uma associação acadêmica abolicionista fundada por Castro Alves, Augusto Alves Guimarães (cunhado de Castro Alves), Plínio de Lima (poeta baiano) e outros. Ao prestar

os exames do segundo ano jurídico, recebeu um *R*, ou seja, uma nota “simplesmente”, dada pelo professor de direito natural Meneses de Drummond. O episódio provavelmente concorreu para sua transferência para o terceiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo em 1868.

Logo foi eleito segundo orador de uma sociedade literária de estudantes, O Ateneu Paulistano, presidida por Joaquim Nabuco, a quem sucederia no ano seguinte. Desse grupo faziam parte Rodrigues Alves, Afonso Pena e Martim Cabral. Castro Alves também viera estudar em São Paulo e integrava “comissão de literatura” do Ateneu, juntamente com Rui e Nabuco. Ingressou ainda na Loja América, loja maçônica de relevo. A maçonaria era propícia às ideias liberais, e muitos estudantes e professores dela faziam parte.

A queda do gabinete Zacarias de Góis, em 16 de julho de 1868, unicamente por decisão pessoal do imperador, e a formação de um gabinete conservador sob a chefia de Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, afetaram enormemente os liberais, que viram no gesto uma manifestação arbitrária do poder da Coroa. Entre os estudantes, foi forte a repercussão política. Rui participou intensamente das atividades políticas e culturais próprias à vida acadêmica, particularmente agitada naquele período. Foi atraído pelo apelo dos liberais da Corte, que se haviam unido no Clube da Reforma, destinado a enfrentar o “poder pessoal” do monarca. A Reforma pugnava pela modificação do sistema eleitoral, com a adoção da eleição direta. Seguiu-se em São Paulo a fundação de um Clube Radical cujo programa admitia amplas reformas, como a federação, o ensino livre, o Senado eleito, o fim do poder moderador, a abolição e a eleição direta. Rui participou de sua fundação e propôs a criação de um jornal, o *Radical Paulistano*, que seria encarregado de veicular essas ideias e contaria com a colaboração de vários de seus discípulos: Bernardino Pamplona, presidente do Clube, Américo de Campos, Luís Gama, Benedito Otoni, entre outros.

Logo após sua formatura em São Paulo, em 29 de outubro de 1870, Rui Barbosa voltou à Bahia e inscreveu-se ao lado do pai no Partido Liberal (janeiro de 1871), quase concomitantemente à divulgação do Manifesto Republicano (3/12/1870), assinado por muitos dos seus ex-camaradas e contemporâneos da época estudantil: Saldanha Marinho, Campos Sales, Francisco Rangel Pestana.

Na política, João José Barbosa ligara-se a Manuel Pinto de Sousa Dantas, chefe de uma das facções liberais no estado, que estendeu facilmente sua simpatia ao jovem bacharel. Rui Barbosa iniciou sua vida forense no escritório de Dantas. Quase ao mesmo tempo começou a trabalhar no *Diário da Bahia*, jornal do Partido Liberal também controlado por aquele chefe político. Em dezembro de 1872, com 23 anos, foi nomeado redator-chefe do jornal, trabalho, aliás, sem remuneração. Um cargo remunerado viria em 15 de dezembro de 1874,

alguns meses depois da morte do pai, a quem Rui sucedeu no lugar de secretário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, nomeado a pedido de Dantas.

Dois itens, sobretudo, faziam então parte da pauta liberal: a demanda pela eleição direta, que substituiria a eleição em dois graus, onde o corpo eleitoral escolhia um grupo de eleitores que votavam para os parlamentos provincial e geral; e o que era conhecido por um eufemismo: a questão do elemento servil. No que diz respeito a este último, a Coroa, durante o gabinete de Rio Branco – quase que inteiramente por conta própria –, tinha dado um passo na direção da extinção do trabalho escravo, com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Adia-se, por assim dizer, a discussão da abolição total da escravidão por mais de uma década, quando então o movimento abolicionista passou a crescer de maneira mais significativa. Por sua vez, a questão da eleição direta viria a surgir com força quando da volta dos liberais ao poder, em 1878.

DEPUTADO PROVINCIAL E DEPUTADO GERAL

O regime dos conservadores que se instalara em 1868 durou, portanto, dez anos e acabou da mesma maneira que começou, por iniciativa do imperador. Dom Pedro II incumbiu João Lins Vieira Cansansão, então barão de Sinimbu, liberal, de organizar o ministério que se instalou no dia 5 de janeiro de 1878. Em 13 de janeiro realizou-se a eleição provincial na Bahia, que foi ganha, como de praxe, pelo partido que detinha o poder central. Rui Barbosa, forte de sua participação na política regional ao lado dos Dantas, foi eleito para a Assembleia Legislativa Provincial, com 1.071 votos.

No entanto, não foi longa sua permanência como deputado provincial. O novo gabinete liberal pretendia encaminhar uma proposta de reforma eleitoral contemplando a eleição direta. Para tanto, não poderia contar com a Câmara eleita pelo governo conservador. Dissolveu-se a Câmara em abril de 1878, convocou-se outra para 15 de dezembro do mesmo ano e fez-se a eleição em setembro, quando foi eleita uma Câmara com maioria liberal. Na Bahia, sempre por indicação de Manuel Pinto Dantas, Rui Barbosa foi eleito deputado geral para a legislatura 1878-1881.

Na Assembleia Geral, Rui Barbosa atuaria como figura de destaque do Partido Liberal desde o início de seu mandato, quando da discussão sobre a reforma eleitoral. Contra uma dissidência liberal liderada por José Bonifácio, o Moço – da qual faziam parte Joaquim Nabuco, Silveira Martins, Saldanha Marinho e Pedro Luís Pereira de Sousa, seus companheiros de liberalismo – passou a defender a proposta governamental nos seus pontos principais: o que chamou de *censo literário*, ou seja, o saber ler e escrever; e o *censo pecuniário*: a renda líquida anual, já que o projeto também elevava o mínimo exigido previsto na Constituição de 1824 para os eleitores de segundo grau.

No que diz respeito à primeira cláusula, diria: “A necessidade de saber ler e escrever não é uma limitação do direito; é apenas uma condição ao seu exercício; visto ser impossível desempenhar a função de eleitor quem não souber escrever a sua lista.” Quanto ao censo pecuniário, para Rui Barbosa só um indigente viveria no Brasil com uma renda anual menor do que a exigida pelo projeto (quatrocentos mil-réis), o que lhe tolheria a independência ao votar.

Esse primeiro projeto foi rejeitado pelo Senado, e a discussão sobre a eleição direta teve que aguardar um novo gabinete liberal, o gabinete Saraiva, que assumiu em 28 de março de 1880. Manuel Pinto de Sousa Dantas foi designado para a pasta da Justiça e foi encarregado de elaborar um novo projeto de reforma eleitoral, do qual coube a Rui ser o principal redator.

Aprovada em 9 de junho de 1881, a Lei Saraiva – que Rui Barbosa definiria mais tarde como o “liberalismo possível” à época – manteve a restrição censitária, sem elevá-la contudo, eliminou o voto do analfabeto, excluiu praticamente o assalariado privado do direito de voto e tornou o voto facultativo. Por outro lado, introduziu alguns pontos liberalizantes: o voto aos acatólicos, aos libertos e aos naturalizados.

Reeleito para as legislaturas iniciadas em 1882 e em 1885 (esta encerrada no mesmo ano), Rui Barbosa atravessaria mais quatro gabinetes liberais – Martinho Campos (21/1/1882-3/7/1882), Paranaguá (3/7/1882-24/5/1883), Lafayette Rodrigues Pereira (24/5/1883-6/6/1884), Manuel Pinto de Sousa Dantas (6/6/1884-6/5/1885) e um segundo gabinete Saraiva de curtíssima duração (6/5-20/8/1885) – antes de ser derrotado na eleição de 15 de janeiro de 1886. Teve um próximo envolvimento com as administrações de Martinho Campos, Lafayette e Dantas. Provavelmente motivado por tão firme solidariedade, Lafayette propôs ao imperador que lhe concedesse o título de conselheiro, invocando seus serviços à educação, uma referência às propostas de reforma do ensino secundário e superior contidas em célebre parecer elaborado por Rui como relator e apresentado à Comissão de Instrução Pública (13/4/1882). Rui Barbosa recebeu o título de conselheiro do Império em 31 de maio de 1884, ascendendo, portanto, a uma das posições mais honrosas da monarquia brasileira antes de completar 35 anos de idade.

Sua influência cresceu sobretudo durante o gabinete Dantas, seu conterrâneo e chefe político, período no qual ele também se reaproximou da ala mais progressista do Partido Liberal. Os outros governos liberais pouco haviam proposto e nada haviam feito no sentido da extinção do trabalho escravo. Em 15 de julho de 1884 foi apresentado à Câmara o projeto do governo sobre a emancipação dos sexagenários, um documento que havia sido praticamente escrito por Rui Barbosa.

O fato novo era a definição de uma idade-limite para o estado de escravidão: 60 anos. Mais

importante: ficava implícita a preclusão ao pagamento de qualquer indenização pela emancipação do escravo, o que seria a primeira contestação ao direito de propriedade sobre a pessoa humana na legislação brasileira. A percepção da ameaça representada pelo projeto de lei foi imediata e, sob forte pressão parlamentar, o gabinete Dantas foi dissolvido logo em seguida, no mês de maio, adiando-se com isso a discussão do projeto Dantas. O novo projeto foi aprovado em 13 de agosto de 1885, mas a concessão feita aos escravistas – e que recebera acerbos críticas de Rui – esgarçara a unidade do Partido Liberal, dificultando a liderança de Saraiva, que, tendo feito aprovar a sua lei, devolveu o cargo ao imperador, para criar melhores condições políticas ao encaminhamento da reforma do regime servil. A ascensão do novo gabinete do barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley (20/8/1885-10/3/1888) marcou o início de um governo dos conservadores por mais três anos, o que tornaria praticamente inviável a volta de Rui Barbosa ao parlamento até o fim da monarquia.

Por três vezes ele tentou a eleição, sem sucesso, para a Câmara de Deputados: duas vezes pela Bahia – em 1886 e em 1888 – quando dominavam os conservadores, o que tornava praticamente inviável a sua vitória. Com a queda do gabinete conservador de João Alfredo e a posse do liberal visconde de Ouro Preto em 7 de junho de 1889, Rui, tendo-se recusado a participar do gabinete, afastou-se da política liberal. Quando se organizou o que seria a última eleição do Império, em agosto de 1889, ele se viu excluído da chapa do Partido Liberal na Bahia. Um grupo de amigos apresentou sua candidatura pela Corte, mas esta foi derrotada pela terceira vez (31/8/1889).

Entre 1885 e a proclamação da República, Rui Barbosa se dedicaria sobretudo ao jornalismo e à advocacia. Assumiu a direção de um pequeno jornal, o *Diário de Notícias*, que prosperou sob as suas ordens. Nesse período publicou centenas de artigos, reunidos mais tarde em livro sob o título *Queda do Império*. Seu prestígio na Corte como personagem público e polemista se consolidou e ampliou. Passou a defender com insistência o sistema federalista e tomou o partido dos militares nos seus conflitos com os diversos gabinetes que precederam a proclamação de República.

MINISTRO E CONSTITUINTE

Embora não fazendo parte do núcleo conspirador que levou a termo o golpe de Estado republicano, o novo regime reconheceria Rui Barbosa como aliado. Assim, no mesmo dia 15 de novembro de 1889, foi nomeado ministro da Fazenda do governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca. Assumiu também interinamente, por três dias, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, até a posse de Campos Sales.

Nos seus 14 meses de administração na pasta da Fazenda, tentou transformar a política de

emissão e de créditos iniciada pelo visconde de Ouro Preto – concebida para vir em socorro de uma parte da agricultura atingida pela abolição do trabalho escravo – em uma política de apoio e de incentivo à indústria (através da taxação dos produtos importados) e de crédito a novos investimentos. As medidas tomadas fracassaram, enredadas em uma corrida especulativa desenfreada, em aumentos significativos da dívida pública e em um processo inflacionário que inibiria inclusive o próprio desenvolvimento industrial almejado. Os efeitos dessa política só seriam remediados no quadriênio de Campos Sales, entre 1898 e 1902, ao custo de uma política financeira recessiva.

Durante sua participação no governo provisório, procuraria inscrever muito do seu ideal doutrinário liberal. Assim, logo aos 7 de janeiro de 1890, fez aprovar pelo Conselho de Ministros o projeto de separação da Igreja do Estado, que proibia a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagrava a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado.

Eleito senador constituinte pela Bahia em 15 de setembro de 1890, teria um papel decisivo na elaboração da primeira Constituição republicana. Nela, ao se decidir pelo regime presidencialista e federalista, pensava atender às suas preocupações de ampliar o sistema de representação política, ao mesmo tempo em que daria ao poder central elementos para manter a ordem e a unidade no país. Antecipando possíveis extrapolações dos poderes Executivo e Legislativo, tratou igualmente de fortalecer o Judiciário, definindo um papel central para o Supremo Tribunal Federal, encarregado de ser um poder neutro, árbitro final dos conflitos, capaz assim de restabelecer o domínio da Constituição.

A promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, e as eleições no dia seguinte, pelo Congresso Nacional Constituinte, para o primeiro período governamental republicano – quando foram eleitos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente presidente e vice-presidente da República – ocorreram um mês depois da renúncia coletiva do primeiro ministério do governo provisório, do qual Rui Barbosa fazia parte (20/1/1891).

Iniciada a legislatura ordinária em junho de 1891, já afastado do Ministério da Fazenda, Rui exerceria seu mandato de senador discretamente, pronunciando discursos em defesa de sua administração durante o governo provisório ou debatendo projetos convencionais, como o do Regimento do Senado. Por outro lado, depois do início de seu mandato constitucional, Deodoro entrou em conflito com a maioria parlamentar em torno de um projeto de lei aprovado pelo Senado e pela Câmara e vetado por ele. O resultado foi que em 3 de novembro de 1891 Deodoro dissolveu o Parlamento, gerando assim uma imediata e profunda crise institucional que só terminaria com sua renúncia em 23 de novembro, inclusive com a revolta da Marinha. Assumiu então o governo Floriano Peixoto, e sua

posse foi vista por muitos, inclusive por Rui Barbosa, como uma defesa do Parlamento e uma vitória da legalidade republicana.

OPOSIÇÃO A FLORIANO E EXÍLIO NA INGLATERRA

Floriano Peixoto, contudo, passou a exercer o governo com disposição autoritária, reprimindo duramente as oposições e suscitando resistências e conflitos, dos quais as expressões mais violentas seriam, em 1893, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, movimentos insurrecionais duramente debelados.

Já em março de 1892 o governo decretou estado de sítio e, ao mesmo tempo, foram desterrados para o Amazonas vários oficiais militares e personalidades civis, enquanto outros tantos eram detidos nas fortalezas de Laje, Villegaignon, Santa Cruz e São João, no Rio de Janeiro. A reação de Rui Barbosa foi quase imediata: em 13 de abril, impetrou um *habeas corpus* em defesa dos perseguidos, o primeiro sobre matéria política que se impetrava junto ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a medida teve provimento negado por dez votos contra um. Rui seria um opositor aguerrido do governo Floriano, destacando-se pela defesa sistemática dos prisioneiros políticos e pela publicação de artigos na imprensa onde defendia a Constituição que julgava desrespeitada pelas ações arbitrárias do Executivo.

Em 5 de setembro de 1893, à véspera de eclodir a Revolta da Armada, identificado como um dos elementos mais importantes da oposição a Floriano Peixoto, Rui Barbosa, prevenido sobre o levante, asilou-se na legação do Chile. Em seguida foi para Buenos Aires, onde permaneceu algumas semanas. Tentou regressar ao Brasil, mas, diante da insegurança reinante, não chegou a desembarcar no país. Tomou novamente o caminho da Argentina e, em 20 de março de 1894, partiu para Portugal. Novamente encontrou dificuldades políticas: o governo português recolheu às fortalezas de Elvas e Peniche um grupo de oficiais brasileiros que buscavam asilo. Rui insurgiu-se pela imprensa contra a medida e foi instado a deixar o país em 27 de junho. Depois de passar por Madri e Paris, chegou aos 20 de julho de 1894 à Londres, onde, finalmente, se instalou exilado.

Ficaria um ano na Inglaterra. De lá, enviaria correspondência para o *Jornal do Comércio*: uma série de seis ensaios, reunidos no livro *Cartas de Inglaterra*. O primeiro, “O processo do capitão Dreyfus”, datado de 7 de janeiro de 1895, foi a primeira manifestação internacional a favor do célebre capitão, condenado injustamente por espionagem na França. No quarto, “Duas glórias da humanidade”, Rui estigmatizava os governos de dois ditadores, José Gaspar Rodrigues Francia, paraguaio, e Juan Manuel Domingo Ortiz de Rosas, argentino, uma clara alusão ao que considerava como o poder despótico de Floriano Peixoto.

NO SENADO

A posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 marcou o início do fim de um período de tensão e conflito que caracterizou os dois primeiros governos republicanos, chefiados por marechais do Exército. Em meados de 1895, Rui Barbosa decidiu voltar ao Brasil. Em 26 de junho chegou à Bahia e foi recebido com manifestações populares. De volta ao Rio, retomou seu lugar no Senado em 24 de agosto de 1895 – um dia após o fim da Revolta Federalista –, discursou sobre a pacificação do Rio Grande do Sul e pediu anistia irrestrita para os revolucionários.

Voltou a exercer ativamente seu papel de publicista e de advogado. Veio a ser redator-chefe e editorialista de *A Imprensa*, jornal criado às vésperas da posse de Campos Sales e gerenciado por seu cunhado, Carlos Viana Bandeira. Em 20 de julho 1897, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras. Por diversas vezes se insurgiu, através do Judiciário, contra atos do Executivo que julgava arbitrários, defendendo nos tribunais os que não haviam sido incluídos na Lei de Anistia. Magistrados aposentados compulsoriamente, ou professores da Escola Politécnica, e os próprios monarquistas, cujo partido fora reorganizado em 1896, vendo-se ameaçados, passaram a procurá-lo.

Na eleição de 11 de dezembro de 1896, foi reconduzido ao Senado sob forte oposição de seus correligionários e com o apoio decisivo de Luís Viana, então governador da Bahia. No primeiro ano do novo mandato, uma série de incidentes violentos na capital da República – o assassinato do diretor de um jornal monarquista, e o atentado contra Prudente de Moraes, em 5 de novembro de 1897 – levou-o a manifestar sua solidariedade ao presidente e ao regime, notadamente em um discurso pronunciado no Senado no dia seguinte ao atentado.

A eleição de Campos Sales para suceder a Prudente de Moraes em 1898 viria a confirmar o controle da nova República pelos elementos civis. No seu governo, a introdução do que ficou conhecido como a “política dos governadores” – uma política de apoio mútuo entre o governo central, representado pelos presidentes da República, e os estados, representados pelos respectivos governadores, e municípios, representados pelos chefes políticos locais – veio a contribuir decisivamente para a estabilização do regime. No entanto, Rui Barbosa praticamente manteve-se, ou foi mantido, alheio às decisões que encaminharam esse processo. Durante quase todo o quadriênio de Campos Sales ateu-se predominantemente às suas atividades de jornalista e advogado. A discussão sobre o projeto do Código Civil veio inesperadamente retirar-lhe a relativa obscuridade em que se encontrava.

Em 2 de novembro de 1900, o governo de Campos Sales enviou à Câmara dos Deputados um projeto de Código Civil originariamente redigido por Clóvis Bevilacqua. Pouco mais de

um ano depois, em 31 de janeiro de 1902, o texto emendado e revisto pela Comissão Especial do Código Civil da Câmara foi enviado pelo seu presidente a um eminente gramático, ex-professor de francês de Rui Barbosa, Ernesto Carneiro Ribeiro. Aprovado o texto na Câmara e encaminhado ao Senado, Rui Barbosa recebeu a incumbência de examiná-lo. E em março de 1902 surpreendeu a todos com seu “Parecer”, contendo mais de mil emendas no texto corrigido por Carneiro Ribeiro. Este último respondeu-lhe polidamente em um pequeno opúsculo que intitulou “Ligeiras observações”, ao que Rui retrucou com a famosa “A réplica”, monumento de erudição filológica, no qual exibiu um conhecimento fabuloso da língua portuguesa, o que contribuiu para sua consagração no imaginário da época como o grande sábio da língua vernácula. O projeto de Código Civil se arrastaria no Parlamento até 1916, quando depois de inúmeras modificações foi promulgado.

Rui voltaria ao centro dos embates políticos nos prenúncios da sucessão de Rodrigues Alves (1902-1906), quando em conjugação com Pinheiro Machado tratou de arrebanhar forças para se opor à candidatura de Bernardino Campos, escolhido pessoalmente pelo presidente para seu sucessor. A oposição do senador gaúcho e, desde o início também a de Rui, não se dirigia propriamente ao nome de Bernardino Campos, mas a um modelo que se fortalecia no regime, o qual privilegiava o controle do Executivo sobre a sua renovação. Afinal congregarem-se as várias lideranças estaduais no que seria cognominado “o Bloco”, contra a iniciativa de Rodrigues Alves. A aliança resultaria na eleição de Afonso Pena.

NA CONFERÊNCIA DE HAIA

Durante o governo de Afonso Pena (1906-1909), Rui conheceu seu mais longo período de situacionismo. Ainda antes do início do governo, em janeiro de 1906, foi reeleito senador pela Bahia. Permaneceria senador, com sucessivas reeleições, até a morte. Em 1908, reelegeu-se vice-presidente do Senado e, juntamente com José Marcelino e Luís Viana, elegeu o governador da Bahia, João Ferreira de Araújo Pinho. Foi também nomeado pelo governo embaixador extraordinário e plenipotenciário para representar o Brasil na Segunda Conferência da Paz, a se realizar em Haia entre 15 de junho e 18 de outubro de 1907. Em torno dessa conferência, a despeito das diferentes interpretações sobre a sua real importância política e do sentido contemporâneo que a ela se possa atribuir, perpetuou-se parte significativa da mitologia popular sobre Rui Barbosa. Festejado por sua atuação, recebeu na imprensa da época e, em seguida, nos manuais escolares, o epíteto de *Águia de Haia*.

A Segunda Conferência da Paz de Haia marcou a primeira participação importante do Brasil na política internacional, quando a delegação brasileira chefiada por Rui Barbosa – tratava-se de uma reunião de formato parlamentar, com vasta cobertura da imprensa mundial, o que punha em relevo suas qualidades de tribuno – e sob a orientação do barão do Rio Branco, enfrentou as delegações das grandes potências na defesa da igualdade jurídica entre as nações.

A questão surgiu quando da organização do Tribunal Permanente de Arbitragem: Rui Barbosa apresentou uma proposta onde todos os países teriam assento no tribunal, ficando, porém, à escolha das partes em litígio submeterem seus pleitos ao plenário ou apenas aos juízes por elas escolhidas. O projeto se contrapunha ao dos grandes Estados, que previa uma participação privilegiada para eles próprios, ou seja, recusava a paridade entre seus árbitros e os dos Estados menos poderosos.

O conflito levou a um impasse e a uma resolução praticamente inócua da conferência: ao mesmo tempo em que reiterava a importância da criação do tribunal, decidia adiar a elaboração das disposições relativas à sua organização. A questão da paridade dos votos entre países tem ainda relevância em fóruns multilaterais permanentes, notadamente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os membros permanentes têm cada um o poder de veto sobre as decisões do conselho.

DA CAMPANHA CIVILISTA ÀS ELEIÇÕES DE 1919

A sucessão de Afonso Pena, prevista para 1910, fez com que Rui Barbosa revisse sua posição de apoio ao governo: opôs-se à candidatura de Davi Campista, ministro da Fazenda que o presidente da República havia escolhido para sucessor, tentando ressuscitar o feito de Campos Sales. Houve uma ampla resistência ao nome de Campista no campo situacionista, e suscitou-se a possibilidade de nome de um militar. O marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, renunciou ao seu posto e assumiu postura de candidato. Davi Campista foi afastado da competição. Consolidou-se o nome de Hermes da Fonseca para presidente da República, tendo como vice Venceslau Brás, presidente de Minas Gerais.

A morte de Afonso Pena em 14 de junho de 1909 precipitou o processo sucessório. Assumindo a presidência, o vice Nilo Peçanha empenhou-se em apoiar a candidatura do marechal. Rui Barbosa rompeu com o Bloco e se manifestou francamente contrário à candidatura militar. Surgiu sua própria candidatura: começava o que ficou conhecido como a Campanha Civilista.

Em 28 de agosto de 1909, a Convenção Nacional das forças dissidentes proclamou Rui Barbosa e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente de São Paulo, candidatos às eleições presidenciais. Em 3 de outubro, na qualidade de candidato à presidência da

República, Rui pronunciou discurso na Convenção das Municipalidades, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Desenvolveu-se o movimento em oposição ao marechal Hermes, articulado pelo Partido Republicano Paulista, e apoiado pelos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

A Campanha Civilista é considerada a primeira campanha presidencial que contou com a participação de amplos setores da sociedade brasileira. Parecendo pouco preocupado com os resultados imediatos, Rui lançou-se em uma intensa pregação cívica pelos estados que o apoiavam, peregrinação eleitoral jamais tentada por candidato algum em campanhas anteriores. O peso da estrutura política dominante condenava de antemão ao fracasso da empreitada, mas na eleição de 3 de março de 1910 as oposições obtiveram seus melhores resultados entre todas as competições eleitorais da Primeira República.

Hermes da Fonseca e Venceslau Brás assumiram a presidência e a vice-presidência, respectivamente, em 15 de novembro de 1910, e uma semana depois, no dia 22, sob o comando do marinheiro João Cândido, revoltaram-se os marinheiros dos couraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* (apoiados pelos marujos do *Barroso* e do *Bahia*). Originalmente planejada para dez dias depois da posse presidencial, a punição aplicada a um marinheiro, que foi submetido a chicotadas, precipitou o início da revolta que ficou conhecida Revolta da Chibata. Reivindicavam os marinheiros notadamente a extinção dos castigos corporais na Marinha.

Como senador, Rui Barbosa participou das tratativas com os revoltosos e já no dia 24 de novembro apresentou ao Senado um projeto de anistia. No dia seguinte, o marechal Hermes da Fonseca assinou um decreto que concedia anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional. Entretanto, logo em seguida, outro decreto autorizou a baixa, por exclusão, das praças do corpo de marinheiros cuja permanência fosse julgada prejudicial à disciplina. Para Rui, este último constituía uma fraude contra a anistia e, no Senado, criticou duramente a atitude do governo. Em vão, porque no dia 4 de dezembro 22 marinheiros foram presos e recolhidos à ilha das Cobras, acusados de conspiração. Seguiu-se uma revolta dos prisioneiros, que foram reprimidos duramente, vários assassinados. O governo embarcou um grande grupo de revoltosos no navio *Satélite* e os deportou para o Amazonas. Vários foram fuzilados a bordo, o que suscitou uma nova manifestação indignada de Rui no Senado, exigindo a condenação dos culpados do massacre. A Revolta terminou com a derrota e expulsão da Marinha dos insurgentes.

Durante a presidência Hermes da Fonseca, Rui Barbosa seria o centro da oposição mais vigorosa, tanto no Senado quanto na imprensa, onde passou a colaborar no novo *Diário de Notícias*. Voltou-se contra a política de intervenção nos estados que visava a favorecer as correntes políticas próximas do grupo governista e que assumia muitas vezes forma

violenta. Na Bahia, por exemplo, onde os correligionários de Rui detinham o governo, a capital chegou a ser bombardeada, e o governador Araújo Pinho foi forçado a renunciar. Em dezembro de 1911, Rui Barbosa ocuparia a tribuna do Senado cinco dias em seguida denunciando os acontecimentos no seu estado em discursos considerados antológicos.

Nesses anos de oposição, a popularidade de Rui Barbosa crescera e firmara-se, sobretudo junto ao público de uma classe média urbana crescente, porém ainda diminuta. Na sucessão de Hermes da Fonseca, em 1914, sua candidatura chegou a ser lançada, mas foi retirada frente à coalizão política formada em torno da candidatura de Venceslau Brás, que prevaleceu. Dois dias antes de sua posse, em 13 de novembro de 1914, Rui Barbosa discursou no Senado e manifestou seu apoio ao novo presidente eleito.

Na Europa, começara a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A neutralidade brasileira foi decretada em 4 de agosto de 1914, logo no começo da guerra. Decisão semelhante foi tomada pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson. Liberal, francófilo, como uma boa parte de sua geração, admirador das instituições inglesas, as simpatias de Rui Barbosa iam naturalmente para a luta contra a Alemanha e ele aceitou a presidência da Liga pelos Aliados.

Ganhava força no país a agitação em favor dos Aliados. Em meados de 1916, Rui Barbosa foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário para representar o Brasil no 1º Centenário da Independência da Argentina e, na ocasião, pronunciou em Buenos Aires uma conferência de enorme repercussão sobre “O dever dos neutros”. Nela, podia-se ler o apelo à solidariedade aos países aliados: “Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutras entre a lei e o crime... A neutralidade inerte e surda muda cedeu a vez à neutralidade vigilante e judicativa.” Em outubro de 1917, depois do torpedeamento de um segundo navio brasileiro pelos alemães, Venceslau Brás declarou o estado de guerra.

Em 1918, Rui Barbosa faria 69 anos. Cinquenta anos antes, em agosto de 1868, fizera o seu primeiro discurso político: uma homenagem a José Bonifácio, o Moço, seu professor na Faculdade de Direito de São Paulo. Amigos e admiradores se reuniram então e organizaram a comemoração de seu jubileu cívico, que logo se transformou em uma homenagem de grande amplitude. A festa durou três dias: começou no dia 11 de agosto, com uma missa campal, às 11 horas, na praça de São Cristóvão, celebrada pelo cardeal Arcoverde, com a presença do presidente Venceslau Brás, dos ministros e de todas as autoridades legislativas, judiciárias e administrativas. Em nome do povo, falou Coelho Neto. No dia seguinte, inauguração de seu busto na Biblioteca Nacional; o dia do jubileu, 13 de agosto, foi declarado feriado nacional.

Eleito presidente República em 3 de março de 1918, Rodrigues Alves morreu um ano depois, sem ter podido assumir o governo. Para substituí-lo, o nome de Rui foi novamente

cogitado por Nilo Peçanha e Paulo de Frontin e recebeu também o apoio entusiasta da grande imprensa da capital do país. Seguiu-se um manifesto de advogados paulistas, encabeçado pelas assinaturas de Alfredo Pujol e Luís Barbosa da Gama Cerqueira, lançando a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Em entrevista ao jornalista Sertório de Castro do *Correio do Povo*, de Porto Alegre, Rui pareceu aceitar a incumbência e expôs seu programa de governo.

Sua insistência na necessidade de promover-se uma reforma constitucional e uma altivez que nem sempre se conciliava com os imperativos dos arranjos partidários tornavam sua candidatura pouco atraente para a grande maioria da classe política. Ficou isolado, e na Convenção Nacional do Partido Republicano Conservador recebeu 42 votos contra 139 votos dados a Epitácio Pessoa, que foi proclamado candidato.

No entanto, mesmo sem os apoios políticos que tornariam viável uma vitória, Rui Barbosa improvisaria sua segunda campanha presidencial. Animado pela recepção popular nos comícios, reiniciou jornada idêntica àquela de 1909. Fez reuniões e conferências no Rio de Janeiro, Juiz de Fora, São Paulo e Bahia. No Teatro Lírico do Rio de Janeiro pronunciou a célebre conferência “A questão social e política no Brasil”, na qual defendeu um avançado plano de reformas quanto a: a) casas de operários; b) trabalhos de menores; c) horas de trabalho; d) regalias às mães operárias; e) acidentes de trabalho; f) seguro operário; g) igualdade dos sexos ante o trabalho; h) salário mínimo fixado por lei para os menores; i) proibição ou redução de trabalho noturno; j) trabalho em domicílio; l) garantia de salário durante certo prazo de gravidez e após o parto; e m) armazéns de venda aos operários.

As eleições confirmaram sua imensa popularidade. O total foi-lhe desfavorável: Epitácio Pessoa venceu Rui Barbosa por 249.324 votos contra 118.303. Entretanto, Rui venceu em todas as capitais, exceto Manaus e Paraíba, onde perdeu por pequena porcentagem de votos, e ganhou nas grandes cidades de São Paulo e da Bahia.

Rui continuaria na política, inclusive na política regional: em 6 de janeiro de 1920 o *Diário da Bahia* publicou um manifesto dirigido por ele “Ao povo baiano”, subscrito por vários outros políticos, sustentando, contra o resultado oficial que proclamara J. J. Seabra governador eleito, a vitória do candidato Paulo Fortes. Em 5 de junho de 1921 foi mais uma vez reeleito senador. Naquele mesmo ano escreveu seu texto mais reeditado: a *Oração aos moços*, dirigido aos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo.

Quase às vésperas de sua morte, já doente e recolhido à sua casa de Petrópolis, ainda se reuniu com correligionários, na manhã de 27 de fevereiro de 1923, para discutir a escolha do candidato a governador da Bahia. No dia seguinte passou mal. Veio a falecer às 20:15h do dia 1º de março de 1923, depois de receber a extrema unção. Seu corpo foi velado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de onde saiu para ser sepultado no cemitério São

João Batista, acompanhado de grande massa popular.

Casado com Maria Augusta Viana Bandeira, teve cinco filhos. Um deles, Alfredo Rui Barbosa, também fez carreira política e foi deputado federal pela Bahia de 1909 a 1930.

Um ano após sua morte, sua casa no Rio de Janeiro foi adquirida pelo governo federal com todo o conteúdo. Em 1927 o Decreto nº 17.758 criou o Museu Rui Barbosa e em 1928, pelo Decreto nº 5.429, o museu passou a chamar-se Casa de Rui Barbosa (CRB). Em 13 de agosto de 1930 a instituição foi inaugurada pelo presidente Washington Luís como museu-biblioteca. Já sob o governo de Getúlio Vargas, em dezembro de 1930, a CRB foi incorporada à estrutura do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Sua finalidade era o culto à memória de Rui pela conservação de sua biblioteca, seu arquivo e todos os objetos que lhe pertenceram; pela organização e a publicação dos catálogos do museu-biblioteca; pela pesquisa, classificação e publicação de suas obras ou de trabalhos a seu respeito; e pela realização de cursos, conferências, exposições e sessões cívicas e culturais. Na década de 1940 a CRB deu início à publicação das obras completas de Rui, e em 1966 tornou-se uma fundação, a FCRB, importante centro de documentação, pesquisas e debates.

José Almino de Alencar

FONTES: ALENCAR, J; SANTOS, A. *Meu*; BARBOSA, R. *Escritos*; BARBOSA, R. *Discursos* (v. 6); BARBOSA, R. *Discursos* (v. 9); BARBOSA, R. *Discursos* (v. 11); BARBOSA, R. *Queda* (v. 16); CARDOSO, F. *Dos governos*; CARVALHO, J. *Construção*; DANTAS, S. *Rui Barbosa*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; HOLANDA, S. *Brasil* (v. 5, p. 135-145); IANNI, O. *Progresso*; LACOMBE, A. *Mocidade* (v. 38.); LACOMBE, A. *À sombra*; LACOMBE, A. *Afonso Pena*; LESSA, R. *Invenção*; LAMOUNIER, B. *Rui Barbosa*; LEVY, M. *Encilhamento*; MAGALHÃES, R. *Rui Barbosa*; MONTEIRO, T. *Pesquisas*; PORTO, J. *Pinheiro*; Prefácio de Manuel Pinto de Aguiar. In: BARBOSA, Rui. *Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. XVII. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 12, 1885, t. 1.); SOUZA, M. *Processo*; VISCARDI, C. *Teatro*.